

Fundo para financiar as estatais

Economia Brasil

por Celso Pinto
de Brasília

O governo deverá criar um fundo para absorver o passivo de algumas empresas estatais e permitir seu refinanciamento a longo prazo. Essa deverá ser uma das principais medidas do "pacote" que o governo está preparando e o presidente José Sarney poderá anunciar à Nação amanhã.

A ideia básica desse "fundão", como está sendo chamado no Ministério da Fazenda, é muito parecida com a da "holding" das estatais, exceto por um detalhe crucial. Ao contrário da "holding", o "fundão" não exigirá a criação de uma nova estrutura formal dentro do governo. O controle, contudo, a exemplo do que se imaginava para a "holding", será centralizado na Fazenda, na Secretaria do Tesouro. Uma fonte disse a este jornal que o presidente já deu ontem seu sinal verde a essa medida.

Esse "fundão" seria a alavanca mestra para via-

bilizar os investimentos do setor público previstos no Plano de Metas, que deverá ser anunciado simultaneamente. Ao mesmo tempo, o governo deverá instituir uma série de empréstimos compulsórios sobre bens e produtos que atenderão a vários objetivos básicos: servirão para refrear a demanda sobre alguns produtos, para corrigir alguns preços que foram congelados em níveis muito baixos e gerar recursos para ajudar a financiar o setor público e para atenuar o déficit projetado para este ano.

Um terceiro grupo de medidas deverá completar o ajuste sobre o mercado financeiro. O sentido é claro: "punir" as aplicações a mais curto prazo, elevando a carga fiscal, e aumentar a atração dos investimentos mais longos, atenuando sua taxação. Essa maior diferenciação entre mercados de curto e longo prazo vem sendo procurada desde a implantação do Plano Cruzado, através de uma série de medidas.

Finalmente, o presidente deverá aproveitar para dar a arrancada inicial na reforma administrativa, anunciando algumas de suas linhas básicas. Na definição de uma fonte, a intenção do governo é "dizer quais são suas metas, como serão financiadas e qual a máquina que vai executá-las".

Um dos pontos mais complexos, como já havia ficado claro desde a reunião do presidente com seus principais assessores econômicos em Carajás, é definir os instrumentos de financiamento do Plano de Metas. Em Carajás, a Fazenda sugeriu a criação da "holding" das estatais, mas a proposta enfrentou uma cerrada oposição de vários setores do governo, inclusive da Secretaria do Planejamento.

22 JUL 1986

Brasil

Agora, a ideia ressurge com nova roupagem: será preservado o princípio essencial da "holding", mas evitada a formalização da sua estrutura. O ponto fundamental na sugestão é a possibilidade de centralização dos passivos de empresas estatais que o governo queira sanear. Depois de assumir esses passivos financeiros, gerados por excesso de endividamento, o governo poderá refinanciá-los a prazo mais longo e em condições vantajosas, lançando no mercado interno debêntures em nome do Tesouro Nacional, que poderiam ser absorvidas entre outros, por investidores institucionais.

Livres do ônus do excesso de endividamento, as estatais escolhidas poderiam, por sua vez, também alavancar novos recursos, especialmente no mercado de capitais. Em alguns casos, o saneamento viabilizaria a venda, em condições adequadas, de algumas estatais para o setor privado.

Em outros termos, este "fundão" permitiria a obtenção dos recursos necessários para financiar investimentos considerados indispensáveis para sustentar o crescimento econômico mínimo de 6 a 7% para os próximos anos, objetivo central do Plano de Metas. Técnicos da área econômica supõem que, ao clarear o horizonte de mais longo prazo do bloco de investimentos públicos, o governo estimulará, ao mesmo tempo, os investimentos privados.

Os empréstimos compulsórios, segundo uma fonte, deverão incidir sobre a gasolina, o álcool e a energia elétrica, nos três casos como forma de correção de preços relativos. Empréstimos compulsórios também deverão incidir sobre automóveis novos e usados, desestimulando a demanda e

Fundo para...
GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

gerando recursos para o governo. Não está ainda acertada a forma de devolução deste compulsório, se através de títulos federais ou de uma conta de poupança forçada em nome dos consumidores. O prazo de resgate poderá ser de três a cinco anos, e sobre os recursos deverá incidir remuneração idêntica à das cadernetas de poupança. O governo também estuda a criação de compulsórios sobre passagens para o exterior e dólares comprados para turismo. Também nestes casos, o governo visa não só arrefecer a demanda como também levantar recursos.

A grande vantagem do empréstimo compulsório é que não é computado para efeitos de cálculo da inflação. Ou seja, é uma forma de corrigir algumas distorções do Plano Cruzado sem comprometer seus resultados em termos inflacionários. Sua segunda vantagem é que deverá gerar um volume bastante expressivo de recursos, atenuando as pressões sobre as contas federais.

O conjunto de medidas em estudo tem, na verdade, duas faces. Uma delas pretende ajustar alguns problemas de conjuntura que têm ameaçado a estabilidade do cruzado. A outra, pretende abrir alternativas de mais longo prazo para o crescimento econômico. E o que, na reunião de Carajás, foi chamado de "segunda fase" do Plano.

Unificação no abastecimento

"Considero adequado o momento para um reexame das funções dos vários órgãos responsáveis pela política de abastecimento do País, com o objetivo de evitar superposições de tarefas." A declaração foi feita ontem pelo superintendente da Sunab, Erikson Madsen. A união de uma única sigla da Sunab, SEAP, Cobal e CFP é um dos principais assuntos da reforma administrativa do governo, informa a EBN.